



Dilemas da Inclusão Digital na Amazônia¹

Jacklene de Sousa Carréra²
Jóice Denne M. Damasceno³
Lara Thaís de Souza Lages⁴
Raphaella Marques de Oliveira⁵

Trabalho orientado* pela professora MSc. Rosane M.A. Steinbrenner, Jornalista (UFPR), doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), orientadora do grupo informal de estudos de comunicação, intitulado “Inquietações Científicas”, criado enquanto professora substituta (2006) do Departamento de Comunicação (DECOM/UFPA).

Resumo:

A tão falada inclusão digital tem despertado uma série de discussões nos diversos campos do conhecimento. Pretendemos, com base em dados do IBGE sobre a utilização da Internet e em pesquisa bibliográfica, discutir os dilemas e contradições da inclusão digital na região amazônica em face das peculiaridades que essa região representa. Tem-se aí um embate entre teoria e prática, entre o principal fundamento da internet, a interatividade, e as impossibilidades dessa interação diante dos conhecidos desafios espaciais, sociais e econômicos vividos pelas populações da Amazônia Brasileira. Diante disso, usar ou não a internet deixa de ser, em grande parte, uma escolha autônoma e passa a ser uma escolha mediada a depender fortemente de ONGs e Movimentos Sociais, que se colocam no papel de articuladores centrais da democratização da Internet para a população amazônica.

Palavras-chave: Amazônia, Inclusão Digital, Interatividade.

¹ Trabalho apresentado ao GT Comunicação Aplicada ou Segmentada, do VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte, Belém, 2007.

² Jacklene Carréra é graduanda do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará, bolsista do laboratório de informática do Centro de Letras e Comunicação Social (UFPA).

³ Jóice Denne é graduanda do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará, bolsista Secretaria Executiva de Transportes (Setran) – Belém.

⁴ Lara Lages é graduanda do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará, bolsista do projeto de pesquisa Palavras Verdes do CNPq.

⁵ Raphaella Oliveira é graduanda do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará, membro do laboratório de Mídia e Política do Centro de Letras e Comunicação Social (UFPA) e do GT de Rádio e Divulgação Científica apoiado pelo projeto de pesquisa Universidade no ar; Ensino, Pesquisa e Extensão com as ondas do rádio, do CNPq.

*O presente ensaio contou também com a colaboração de Lázaro Magalhães, jornalista (UFPA), especialista em Semiótica e Cultura Visual pelo Instituto de Ciência e Arte da UFPA (ICA), professor substituto do DECOM/UFPA.



Apresentação

Muito se discute atualmente a respeito da democratização da internet. A comunicação chega, no dias de hoje, nos moldes da Era Digital com a utilização das novas tecnologias da informação (NTIs), a ser considerada um direito fundamental do ser humano⁶ (RAMOS, 2002). Como explicita Mattelart, a forma dessa era “é determinada no plano cultural, psicológico, social e econômico pela influência da tecnologia, mais particularmente pela informática e pelas comunicações” (MATTELART, 2002, p. 99-100). A grande tarefa é como, de fato, estabelecer esse direito fundamental. Considerando as especificidades da região amazônica, marcada pela diversidade cultural e ambiental e pela heterogeneidade socioeconômica, redobram os desafios em torno da inclusão digital (ID).

É bem verdade que a inclusão digital pode ser teoricamente defendida como a ação de comunicação mais adequada nos dias de hoje para vencer o isolamento amazônico e integrar, em forma de rede, como coloca Castells (1999), comunidades locais aos espaços de tomada de decisão. Entretanto, fatores como renda e educação, também as grandes distâncias e as respectivas condições de acesso à infra-estrutura e tecnologia, da forma como se desenham na Amazônia⁷, tornam-se empecilho para a construção de uma política de inclusão digital concreta para a sua população.

Este é justamente o foco desta discussão, o embate entre teoria e prática, entre o principal fundamento da internet, a interatividade – enquanto o que possibilita ao indivíduo afetar e ser afetado por outro numa comunicação que se desenvolve num sistema de mão dupla - e as impossibilidades dessa interação diante dos conhecidos desafios espaciais, sociais e econômicos vividos pelas populações da Amazônia Brasileira. Diante disso, usar ou não a internet deixa de ser, em grande parte, uma escolha autônoma e passa a ser uma escolha mediada, especialmente por ONGs e Movimentos Sociais, que se colocam no papel de articuladores centrais da democratização da Internet entre a população amazônica.

Nesse sentido, o que se pretende é, com base em dados secundários do IBGE sobre a utilização da Internet e em pesquisa bibliográfica, levantar a discussão sobre os dilemas e contradições da inclusão digital na região amazônica.

⁶ Murilo César Ramos, em *Comunicação, Direitos Sociais e Políticas Públicas* (2002), afirma ser a comunicação o quarto direito primário do homem, precedido apenas pelos de caráter básico – civil, político e social).

⁷ É válido ressaltar que o termo Amazônia será usado para designar a Amazônia Brasileira ao longo do texto.



I. Dados sobre a utilização da Internet na Amazônia

Em 2005, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) investigou, como tema complementar, o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal, resultante de convênio entre o IBGE e o Comitê Gestor da Internet no Brasil. O objetivo era ampliar o conhecimento sobre a utilização das tecnologias da informação e das comunicações no País, tendo em vista a necessidade de indicadores para o atendimento do setor no contexto nacional como também gerar parâmetros de comparação da realidade nacional na sociedade da informação. Neste texto, serão trabalhados alguns dados da referida pesquisa que podem contribuir para discutir a realidade digital e seus dilemas na Amazônia Brasileira.

Segundo dados do IBGE (2005) 21% da população brasileira utilizou a internet no período de três meses referentes ao ano de 2005. Dos nove estados que constituem a região amazônica (além da região Norte, o Maranhão e o Mato Grosso), todos apresentam valores abaixo do nacional. Desses, sete estados estão, ainda, muito abaixo dos 21%, sendo o Pará (10,9%), o Amazonas (10,5%) e o Maranhão (7,7%) os que possuem os menores índices. Apesar de o Pará apresentar o terceiro menor índice, a região metropolitana de Belém (19,2%) possui valor próximo ao nacional, o que mostra uma ausência ainda maior de políticas voltadas para o interior. Dados que indicam que o isolamento histórico-espacial em que a Amazônia permaneceu em relação ao resto do país ainda faz com que sua realidade necessite de um tratamento específico para poder ser pensada sua inclusão na internet.

Em relação aos índices de acesso de estudantes à rede, os números dos estados da região amazônica são muito inferiores ao índice do Brasil. Os estados do Pará e do Maranhão, por exemplo, mantêm-se como os de menor percentual com 17,7% e 13,1%, respectivamente. Mais uma vez, contrastando, o Distrito Federal obteve o maior índice, com 57,5% de estudantes usuários da rede, conforme tabela abaixo.

Como contraponto, no centro do poder político do país, no Distrito Federal, o percentual da população que utilizou a internet no período de tempo da pesquisa foi quase o dobro do Brasil (41%). No centro econômico, considerando a Região Metropolitana de São Paulo, o número de usuários foi de 33,9%, também acima da média nacional e cerca de três vezes maior que o número de usuários do Estado do Pará (10,9%). Comparando com a Região Metropolitana de Belém (19,2%) essa diferença diminuiu um pouco, conforme tabela abaixo, porém, os números continuam a exprimir com clareza as disparidades socioeconômicas existentes entre outras regiões do país e a região amazônica.



Tabela 1: Utilização da Internet, total e por condição de estudante

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)									
	Total	Utilização da Internet no período de referência dos últimos três meses		Estudantes				Não-estudantes		
				Total	Utilização da Internet no período de referência dos últimos três meses		Total	Utilização da Internet no período de referência dos últimos três meses		
		Utilizaram	Não utilizaram		Utilizaram	Não utilizaram		Utilizaram	Não utilizaram	
Brasil	100,0	21,0	79,0	100,0	35,9	64,1	100,0	16,0	84,0	
Amazônia										
Rondônia	100,0	13,5	86,5	100,0	23,9	76,1	100,0	9,3	90,7	
Acre	100,0	13,2	86,8	100,0	19,9	80,1	100,0	9,8	90,2	
Amazonas	100,0	10,5	89,5	100,0	18,2	81,8	100,0	7,2	92,8	
Roraima	100,0	13,5	86,5	100,0	20,4	79,6	100,0	10,5	89,5	
Pará	100,0	10,9	89,1	100,0	17,7	82,3	100,0	7,9	92,1	
RM. Belém	100,0	19,2	80,8	100,0	31,4	68,6	100,0	14,1	85,9	
Amapá	100,0	20,0	80,0	100,0	29,6	70,4	100,0	14,2	85,8	
Tocantins	100,0	14,3	85,7	100,0	24,2	75,8	100,0	9,8	90,2	
Maranhão	100,0	7,7	92,3	100,0	13,1	86,9	100,0	5,4	94,6	
Mato Grosso	100,0	18,3	81,7	100,0	30,7	69,3	100,0	13,4	86,6	
Representante Centro-Oeste										
Distrito Federal	100,0	41,1	58,9	100,0	57,5	42,5	100,0	34,4	65,6	
Representante Sudeste										
São Paulo	100,0	29,9	70,1	100,0	51,2	48,8	100,0	23,5	76,5	
RM São Paulo	100,0	33,9	66,1	100,0	53,1	46,9	100,0	27,7	72,3	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005, alterado pelas autoras.

A pesquisa levantou também que o grande usuário da internet é jovem e com maior poder aquisitivo. No grupo de 15 a 17 anos de idade, 33,9% das pessoas acessaram a internet, maior percentual entre todas as faixas etárias. Já o nível do rendimento médio mensal domiciliar per capita das pessoas que utilizaram a Internet foi expressivamente mais elevado que o daquelas que não acessaram esta rede. O rendimento das pessoas que não utilizaram a Internet ficou em R\$ 333,00, enquanto dos indivíduos que acessaram a rede ficou em torno de R\$ 1 000,00. A pesquisa mostra também (tabela 2) que quanto menor a renda familiar *per capita* menor o uso da internet. Na região Norte, os números da exclusão digital devido à renda são mais dramáticos: apenas 1,5% das pessoas com renda per capita familiar até um quarto do salário mínimo fizeram uso da Internet no período pesquisado, enquanto, no outro



extremo, cerca de 61% das pessoas com renda per capita familiar acima de cinco salários mínimos fizeram uso da tecnologia.

Tabela 2: Percentual das pessoas que utilizaram a Internet, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* – 2005

Classes de rendimento mensal domiciliar per capita	Percentual das pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grande regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	21,0	11,9	11,9	26,3	25,5	23,3
Sem rendimento a 1/4 do salário mínimo	3,3	1,5	2,1	6,5	5,6	6,2
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	5,9	3,6	4,7	8,0	7,3	6,4
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	11,6	8,3	9,6	13,1	12,4	11,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	24,8	18,6	25,0	25,7	24,1	24,9
Mais de 2 a 3 salários mínimos	42,0	35,9	43,7	42,2	41,5	42,3
Mais de 3 a 5 salários mínimos	55,2	48,7	54,1	55,7	54,9	57,5
Mais de 5 salários mínimos	69,5	61,2	67,6	69,5	70,1	73,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005. Nota: Inclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (1) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*. (2) Inclusive as pessoas moradoras em unidades domiciliares cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Estudo encomendado pelo Governo Federal à consultoria BDO Trevisan para a realização do Macroplanejamento de Inclusão Digital revela que “não existe articulação entre o poder público, empresas e Organizações Não-governamentais”. Segundo esse documento datado de 21 de dezembro de 2005, além “da grande sobreposição de programas de acesso coletivo sem o alcance de uma grande amplitude, há uma carência de programas significativos de capacitação e conteúdo”. Ou seja, faltam investimentos em programas que, a priori, diagnostiquem as aspirações da população e que as preparem para lidar com o computador e com a cultura virtual, que é resultante da apropriação do computador e da rede para utilização em resposta a aspirações e necessidades locais.

A diferença de renda se reflete no local de acesso à internet. Enquanto a média nacional indica que a maioria das pessoas (50%) conecta-se à internet de seus domicílios, nos



Estados que formam a região Amazônica, esse número foi bem inferior (29,6%). Em sua maioria, os usuários da internet na Amazônia interligam-se a partir de seu local de trabalho e de centros públicos de acesso gratuito ou pago. Isso se explica pela condição de baixa renda das famílias, o que faz com que a maioria da população não possua computador próprio em casa. Esses valores explicitam a necessidade de políticas tanto dos movimentos sociais quanto do Governo Federal que visem à implantação de telecentros que atendam as demandas populacionais como medidas emergenciais.

Tabela 3: Dados de acesso à internet por local de acesso e motivo da não utilização

Unidades da Federação e RM	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)						Percentual das pessoas que utilizaram a Internet em cada local, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)				
	Motivo de não terem utilizado a Internet						Domicílio em que moravam	Local de trabalho	Estabelecimento de Ensino	Centro público de acesso gratuito ou pago	Outro Local
	Total	Não acesso a micro-computador	Não achavam necessário ou não queriam	Não sabiam utilizar a Internet	Custo do micro-computador era alto	Outro Motivo					
Brasil	100	37,2	20,9	20,5	9,1	12,3	50	39,7	25,7	28	31,1
Rondônia	100	39,3	13	10,4	26,4	10,9	31,2	41,9	20,9	36,6	35,3
Acre	100	35	14,5	25,7	9,8	15,1	34,7	45,1	19,4	33	33,2
Amazonas	100	33,9	17,2	41,3	1	6,6	33,4	33,3	27,7	49,1	27,5
Roraima	100	45,7	10,2	36,2	1,7	6,1	28,6	34,1	19,9	35,5	23,9
Pará	100	34,7	18,5	26	3,4	17,4	26	36,6	28,1	46	27,5
RM Belém	100	32,4	22,9	36,3	4,2	4,3	33,1	38,1	27,4	43,4	30,6
Amapá	100	33,2	16,6	34,1	2,2	13,9	27,9	33	26,6	57,4	25,2
Tocantins	100	36,8	10,4	27,4	5	20,4	25,6	42,2	35	38,2	26,7
Maranhão	100	33,8	16,1	32,9	4,4	12,8	17,9	36,8	29	44	29,2
Mato Grosso	100	45,5	13,4	20,1	11,2	9,8	41,1	47,2	28,1	30,7	26,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Quanto ao motivo de não terem acessado à Internet, de forma geral os critérios com maiores percentuais foram o não possuir acesso a microcomputador seguido do não conhecimento de como utilizar a Internet. Um outro quesito com expressivo percentual é o que faz referência às pessoas que não achavam necessário ou não queriam ter acesso a essa mídia, dado este que mostra uma certa *resistência* da população local à tecnologia em questão. Nos



estados da Região Norte, as faltas de acesso e de capacitação apresentam índices superiores ao índice nacional, porém o desinteresse é expressivamente menor, com exceção da Região Metropolitana de Belém, onde a média dos que não achavam a Internet necessária ou não queriam ter acesso a ela superou o dado nacional. Isso leva a pensar que, de forma geral, há uma grande demanda represada e grande interesse das populações locais, inclusive e talvez especialmente no interior, pelo acesso à nova e tão alardeada tecnologia de comunicação.

Tais dados sugerem que o quadro de isolamento que antes era espacial, hoje é *apropriativo*, no sentido que faz referência não só ao ato do cidadão apropriar-se da técnica, por meio de condições de acesso financeiro, mas também de capacitação, ou seja, de saber usá-la, e nesse sentido, o sistema de ensino público, especialmente na região em foco, não tem conseguido responder às expectativas em relação às demandas dos jovens por novas tecnologias. Números que refletem a necessidade de atuação do Governo Federal na discussão da problemática e reforça ainda mais a idéia de que, sem uma reestruturação nas condições de vida da população, uma inclusão digital justa, democrática e efetiva não poderá ser concretizada.

II. Inclusão Digital

Mas, o que é, afinal, inclusão digital? O significado que muitas organizações que têm se colocado em posição de vanguarda nesse processo adotam é a garantia do acesso de todos, indiscriminadamente, à mídia internet. Além de ser uma definição precária e insuficiente, não leva em consideração as necessidades socioeconômicas da população.

O termo Inclusão Digital passou a ser banalizado e, conseqüentemente, a receber apropriações indevidas, como os discursos políticos que se utilizam dele para mostrarem-se engajados e *politicamente corretos*. Segundo Oliveira (2004) em *Inclusão Digital - Concepções e Ações em Jogo*, muito mais que definir termos, ou avaliar ações, devemos *provocar o sistema*, ou seja, não devemos nos ater em discussões de conceitos, mas das ações e impactos dos processos na prática.

Contudo, para tornar os argumentos mais claros, tomemos o sentido para o termo explicado por Rondelli (2003), inclusão digital não apenas como acesso, mas como *alfabetização digital*, isto é: “o que delinea a aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos. Para isto, computadores conectados em rede e softwares são instrumentos técnicos imprescindíveis”. (RONDELLI, 2003).



A inclusão digital chega a ser vista pelas instituições governamentais e não-governamentais como o meio mais viável para a solução de problemas cotidianos da população. Segundo discurso da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva⁸, durante a assinatura de um acordo entre a Associação de Cultura e Meio Ambiente e da Rede Povos da Floresta e o Governo Eletrônico-Serviço de Atendimento ao Cidadão (GSAC), programa recriado pelo Governo Lula para universalização da Internet, o governo federal supõe ser inclusão digital a forma adequada para integrar culturalmente os chamados *povos da floresta*, além de “propiciar a essas comunidades uma reflexão da sua imagem no espelho de outras localidades e de outros lugares”.

Não há novidade em apontar, de forma geral, as precárias condições de saúde, educação, transporte, moradia ou saneamento nos Estados amazônicos. A pesquisa realizada pelo IBGE confirma as diferenças do uso da internet em relação a outras regiões do país como mais uma disparidade regional. Fica claro que, como coloca Rondelli (2003) não é suficiente disponibilizar computadores com acesso à internet, forjando assim a garantia ao direito de comunicação. Sobre isso, a autora pondera que os computadores são somente “suportes técnicos às atividades a serem realizadas a partir deles no universo da educação, no mundo do trabalho, nos novos cenários de circulação das informações e nos processos comunicativos”.

Autonomia e Interatividade

Autonomia e interatividade são palavras-chave nesta discussão. O termo interatividade é muito usado e como coloca Lévy em *Cibercultura* (1997), “muitas vezes a torto e a direito”, sem saber do que se trata. A interação se caracteriza, entre outras coisas, pela existência de reciprocidades acionais e operativas de vários agentes, tanto físicos como biológicos, entre seres humanos, no processo de comunicação. Traduz-se em um conjunto de propriedades específicas que dinamizam e conferem qualidade técnica aos dispositivos tecnológicos, transformando emissores em receptores.

O telefone, por exemplo, foi o primeiro a mediar um diálogo de mão-dupla, transmitindo uma propriedade física e humana (voz) de um lado e de outro, criando uma sensação de presença direta entre os participantes do processo, ou seja, uma *telepresença*, de acordo com Lévy (1997). A internet também traz isso, e muito mais, à medida que personaliza, virtualiza, negocia e simula dados sons e imagens.

⁸ Cerimônia de Assinatura do Acordo Técnico entre o MMA, Ministério das Comunicações e a Associação de Cultura e Meio Ambiente, no âmbito do programa GESAC.



Porém, “se o cidadão não tiver a possibilidade real de interagir com autonomia nas redes digitais como produtor de conhecimento” ou não tiver “competência para utilizar os dispositivos de participação social e política através da rede, seria inócua se falar em inclusão digital” alerta Oliveira (2004).

As comunidades, portanto, antes de incluídas digitalmente precisam ser incluídas socialmente. A alfabetização deve ser de caráter duplo se queremos, no mínimo, pensar em inclusão digital, isto é, uma alfabetização tradicional e uma alfabetização digital. Além disso, a falta de políticas públicas específicas para a precária situação da fonte de renda da qual boa parte da população subsiste é um agravante.

Identidade local x interação digital?

Oliveira (2002, p. 63), a partir de uma análise de Castells (1999), coloca também a questão das identidades coletivas “geradas em função das singularidades culturais da era da informação interferindo significativamente na vida social”. Dentro desse argumento, a inclusão digital poderia constituir-se num risco para o modo de vida das comunidades tradicionais. Por outro lado, pondera o autor, os “conteúdos comunicacionais globalmente transmitidos não são iguais e passivamente recebidos pelas pessoas ou públicos (...) pelo contrário, eles são reinterpretados à luz dos quadros de referência desenvolvidos em cada cultura...” (OLIVEIRA, 2002, p.58). Em contrapartida, não se pode ignorar que essas *reinterpretações* não necessariamente manterão intactos valores locais.

Nesse sentido, somente ensinar a técnica, saber manusear computadores, não fará a região amazônica mais incluída digitalmente. É mister tornar possível que as comunidades possam ser críticas em relação ao conteúdo que terão acesso. O papel social da internet como mídia, meio de comunicação, está muito além da difusão de ideologias que interessam politicamente a estes ou aqueles atores.

A idéia (talvez ainda longe da prática), de comunicar não deve remeter inexoravelmente a apropriação pelo meio de comunicação da identidade dos variados públicos que usam a internet, mas sim o contrário. Os povos, sejam da Amazônia ou de qualquer outro local, é que precisam apropriar-se das condições que a internet oferece (ou precisa oferecer) para que o processo de inclusão digital da população realmente ocorra.

III. ONGs e Movimentos Sociais na Amazônia – mediadores da inclusão digital



No cenário amazônico brasileiro, o papel dos diversos movimentos sociais se configura em vários âmbitos e um deles é o que tange a comunicação, sobretudo, nos moldes da era digital com a utilização das novas tecnologias da informação - NTIs, considerando os desafios que essa região apresenta em torno da inclusão digital - ID.

A denominação Organização Não-governamental – ONG – foi instituída na Ata de Constituição da Organização das Nações Unidas, em que foram definidas como “entidades civis sem fins lucrativos de direito privado, que realizam trabalhos em benefício de uma coletividade”⁹. Segundo Cabral (s.d.), a partir da década de 1960, a expressão passa a significar rejeição às formas tradicionais de poder, negando, portanto, o Estado, principalmente no contexto da ditadura militar. Com o fim da ditadura, as ONGs precisaram redefinir o seu papel na nova conjuntura, adotando uma posição de autonomia em relação ao “Estado, igreja, movimentos populares, partidos e à Universidade” (CABRAL, s.d.). As ONGs passaram, então, a desenvolver um papel de *assessoria* aos movimentos sociais.

Os movimentos sociais, por sua vez, são ações coletivas com um determinado propósito, cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade (CASTELLS apud LACERDA, 2001, p.2). Esses movimentos diferem das ONGs no que diz respeito ao envolvimento político, visto que as organizações têm como foco o trabalho e não mais a militância, característica dos primeiros.

A partir dos anos 1990, as ONGs e os movimentos sociais passaram a lançar mão de microcomputadores e redes de internet. “Essa mídia configurou-se como uma grande aliada dos movimentos sociais” (LACERDA, 2001). Tornou-se um importante meio de comunicação entre as entidades do terceiro setor. Na Amazônia, a questão ambiental, que emerge no mundo a partir da Rio 92, fomenta o surgimento de organizações ecologistas e de direitos humanos voltadas à defesa da preservação ambiental bem como das populações tradicionais da região.

Nesse contexto de globalização, o uso da informação se insere definitivamente na forma de fazer política dos novos atores sociais. Segundo Scherer-Warren, (1999) estamos, pelo uso das novas tecnologias da informação, diante de um novo potencial de interação e auto-organização da sociedade civil e exemplifica a autora:

As novas tecnologias para a geração de informações e comunicação (como banco de dados informatizados, a Internet, o fax, etc.) trouxeram modificações nas relações de espaço e tempo, significativas para os atores dos movimentos sociais. A nova arena política passa a ser uma comunidade virtual transnacional. Por meio dela, a informação difunde-se em tempo real

⁹Ata da ONU assinada em 1946.



e interações comunicativas sem fronteira se realizam. Por exemplo, com o massacre dos sem-terra, em Eldorado de Carajás, rapidamente cerca de oitenta ONGS internacionais ambientalistas e de direitos humanos se articularam e enviaram uma carta conjunta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso pelo fim da impunidade. (SCHERER-WARREN, 1999, p.71)

O acesso qualificado à internet, ou seja, a apropriação da tecnologia aos interesses e necessidades locais, surge como a promessa de uma porta de entrada para o mundo político-econômico. A Internet trazida pelos diversos programas da chamada *inclusão digital*, traz em si potencialmente a “garantia” da interatividade, ou seja, de dar voz a segmentos da população antes excluídos do debate público.

Conclusões

O que se pode concluir é que a inclusão digital constitui-se, na atualidade, num importante e preocupante consenso. Não há quem negue o valor e as potencialidades da nova tecnologia de comunicação, porém pouco se discute sobre os problemas estruturais que consolidam hoje, não a inclusão, mas a exclusão digital em algumas regiões do país, especialmente as mais carentes e isoladas espacialmente como a Amazônia. Apesar dos discursos bem construídos sobre o tema, os atores centrais nesse processo - as populações locais - ainda estão distantes das condições de acesso qualificado e de uso da internet como ferramenta de transformação pessoal e social.

Enquanto problemas estruturais como educação e distribuição de renda não forem atacados e sanados, a inclusão digital seguirá meramente como discurso bem intencionado e a digitalização continuará a ser imposta por algum agente externo e não uma pretensão da própria população local de inserir-se ou não na sociedade ou era da teleeletrônica. Como ressalta Lacerda (2001), sem autonomia, pressuposto da interatividade, o que era para ser inclusivo corre o risco de ampliar a exclusão daqueles que historicamente, como no caso dos amazônidas, vivem em condições de isolamento e atraso tecnológico, social, econômico, mas especialmente, isolamento político.

Referências Bibliográficas:

AMAZONIABRASIL. *A história dos movimentos sociais na Amazônia*. s.d. Disponível em: <http://www.amazoniabrasil.org.br/base/povosFloresta2.asp>. Acessado em 16 abr. 2007.



BANCO DO BRASIL. *Telecentros comunitários Banco do Brasil*. s.d. Disponível em: http://inclusao.ibct.br/index.pht?option=com_content&task=view&id=690&Itemid=115. Acessado em: 20 abr. 2007.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. (1999) 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (Org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003. pp. 255-287.

CABRAL FILHO, A. V. *Movimentos Sociais, as ONGs e a militância que pensa, logo existe*. s.d. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/artcon/movsocong.htm>. Acessado em 15 abr. 2007.

CRUZ, Carla. *Gesac leva internet banda larga a povos da floresta amazônica*. 29 mar. 2007. Disponível em: http://www.idbrasil.gov.br/news_item.2007-04-02.4128917550. Acessado em: 16 abr. 2007.

IBGE. *Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. 23 mar. 2005. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/default.shtm. Acessado em: 18 abr. 2007.

FAOR. *Fórum da Amazônia Oriental*. Disponível em: <http://www.faor.org.br>. Acessado em: 18 abr. 2007.

JUNIOR, Rubens. Povos da floresta terão acesso à internet. *Jornal do Meio Ambiente*, Brasília, 2 abr. 2007. Disponível em: http://www.mc.gov.br/083/08304004.asp?ttCD_CHAVE=48. Acessado em: 16 abr. 2007.

LACERDA, Juciano de Sousa. *A Internet na gestão dos movimentos sociais*. s.d. Disponível em: http://www.eca.usp.br/alaic/boletin8/Juciano_arquivos/Juciano.doc. Acessado em 15 abr.2007.

LÈVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.p. 79-80.

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Edições Loyola, 2002,99-174.

MORAES E SILVA, Maurício. *Plano de inclusão digital pede R\$ 12 bi*. 24 jul. 2006. Disponível em: http://inclusao.ibct.br/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=139&Itemid=302. Acessado em: 18 abr. 2007.

_____. *Especialistas discordam de propostas*. 24 jul. 2006. Disponível em: <http://iti.br/twiki/bin/view/MmidiaClip2006Ju24A>. Acessado em: 18 abr. 2007.



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFOINCLUSÃO. *Povos da floresta terão acesso à internet*. 29 mar. 2007. Disponível em: http://www.oppi.org.br/apc-aa-infoinclusao/infoinclusao/busca_results.shtml?x=1308&slice_id=28c0788efe23f406d0fb3502b147f3e7. Acessado em: 16 abr. 2007.

OLIVEIRA, Paulo Cezar. *Inclusão Digital: concepções e ações em jogo*. 30 maio 2004. Disponível em: <http://twiki.dcc.ufba.br/bin/view/PSL/OQueEIInclusaoDigital>. Acessado em 19 abr. 2007.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. Comunicação, identidade e mobilização social na era da informação. In: BRITTES, Juçara; PERUZZO, Cecília. (Org.). *Sociedade da informação e novas mídias: participação ou exclusão?*. São Paulo: Intercom, 2002, pp. 77-78.

RAMOS, M. C. O. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: BRITTES, Juçara; PERUZZO, Cecília. (Org.). *Sociedade da informação e novas mídias: participação ou exclusão?*. São Paulo: Intercom, 2002, pp. 123-130.

REDES DE INFORMAÇÃO DO TERCEIRO SETOR. *Tecnologia e tradição, aliadas do meio ambiente*. 03 abr. 2007. Disponível em: <http://www.hits.org.br/>. Acessado em: 16 abr. 2007.

RONDELLI, Elizabeth. Quatro passos para a inclusão digital. Rio de Janeiro, 24 jun.2003. *Revista I-Coletiva*. Disponível em: www.comunicação.pro.br/setepontos/5/4passos.html. Acessado em 18 abr. 2007.

SHERER-WARREN, Ilse. Redes Ecologistas conectando o local e o global. In: *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, pp.67-75.